



2º Simulado Especial

TJ BA

Cargo: Analista Judiciário
Área Judiciária - Subscrição
Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA - Analista Judiciário - Área Judiciária - Subscrição

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA Analista Judiciário - Área Judiciária (Subscrição);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-17-06>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 20 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 21 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 22 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 23 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 24 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 25 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 26 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 27 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 28 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 29 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 30 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 31 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 32 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 33 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 34 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 35 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 36 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 37 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 38 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 39 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

A formação da cidadania

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

05. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em "Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui" com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) "É fácil de constatar que as ideias..." (3º parágrafo)
- b) "conseguir que cada indivíduo se torne autônomo" (5º parágrafo)
- c) "quanto as que terão consequências coletivas" (2º parágrafo).
- d) É o caminho que devemos construir (5º parágrafo)
- e) "...preocupações que atormentam o homem..." (3º parágrafo)

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

06. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

07. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/a o

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

08. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

09. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

10. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos de um TRT a respeito da atividade A — catalogar os processos — e da atividade B — atendimento ao público — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões **11 e 12.**

11. Qual é a quantidade máxima de técnicos desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

12. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de técnicos desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEGISLAÇÃO

Thiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, a unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída por mais de um Juízo é denominada

- a) Subseção Judiciária
- b) Vara
- c) Distrito
- d) Comarca não instalada
- e) Região Judiciária

17. Haverá, nas Comarcas Não-Instaladas, órgãos que terão competência para a conciliação de causas cíveis e de família, denominados

- a) Justiça de Paz
- b) Justiça Cidadã
- c) Conselhos Municipais de Conciliação.
- d) Centro Judiciário de Mediação e Conciliação
- e) Corregedoria Municipal de Justiça

18. Corujita, servidora pública, foi acusada pela prática dos crimes de prevaricação e de concussão. Após responder ao processo criminal, acabou por ser absolvida por falta de provas. Diante dessa situação hipotética, em conformidade com a Lei nº 6.677/1994,

- a) tendo em vista o fato de que a servidora já foi processada e absolvida na esfera criminal, a Administração Pública não mais poderá processá-lo e puni-lo pelos mesmos fatos.
- b) ainda que tenha sido absolvida na esfera criminal por falta de provas, a Administração Pública poderá vir a punir a servidora.
- c) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada sempre que houver absolvição na esfera criminal.
- d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da do dano a ser reparado.
- e) O processo disciplinar poderá ser revisto em até cinco anos após a aplicação da penalidade, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Segundo o Regimento Interno do TJ-BA, o Tribunal funcionará para os julgamentos comuns com a presença de

- a) dois terços de seus membros
- b) três quintos de seus membros
- c) maioria simples
- d) maioria absoluta
- e) N.D.A.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. No âmbito do processo legislativo previsto na CF88, a forma federativa de organização do Estado:

- a) poderá ser abolida por lei ordinária.
- b) poderá ser abolida por lei complementar.
- c) poderá ser abolida por lei delegada.
- d) poderá ser abolida por emenda constitucional.
- e) não poderá ser abolida, visto ser uma limitação material ao poder de reforma da Constituição.

22. O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica, sem armas e não pode frustrar o exercício do direito de reunião anteriormente convocado.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, desde que autorizado pelo poder público.
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

23. Considerando as normas constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa que corresponde ao cargo que pode ser assumido por brasileiro naturalizado:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficial da Aeronáutica.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Vice-Presidente da República.

24. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
- c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
- d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
- e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

25. De acordo com a Constituição Federal, NÃO está legitimado a provocar o controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) o Governador do Distrito Federal.
- c) o Conselho Federal da OAB.
- d) a entidade de classe de âmbito nacional.
- e) a Federação Sindical.

26. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A vitaliciedade nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício de atividade como magistrado.
- b) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado Federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- e) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples do Conselho Nacional de Justiça

27. De acordo com a Constituição Federal, o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado ou contra o Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é uma competência:

- a) originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) recursal do Superior Tribunal de Justiça.
- c) originária do Tribunal Regional Federal respectivo.
- d) originária do Superior Tribunal de Justiça.
- e) originária do Tribunal de Justiça respectivo.

28. Processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, é uma competência.

- a) do Juiz de Direito do aeroporto de destino.
- b) do Juiz de Direito do porto de partida.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) dos Tribunais de Justiça de origem ou de destino.
- e) do Juiz Federal.

29. O art. 5º, XIII da CF88 institui que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” De acordo com a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, trata-se:

- a) de uma norma constitucional de eficácia plena.
- b) de uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) de uma norma constitucional de eficácia variada.
- d) de uma norma constitucional de eficácia contida.
- e) de uma norma constitucional de eficácia absoluta.

30. De acordo com o disposto na CF88, NÃO constitui ramo do Ministério Público da União.

- a) o Ministério Público do Distrito Federal.
- b) o Ministério Público do Trabalho.
- c) o Ministério Público Federal.
- d) o Ministério Público Militar.
- e) o Ministério Público Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece prazo decadencial para que o poder público invalide atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, ao mesmo tempo em que protege o direito adquirido e proíbe a aplicação retroativa de novas interpretações.

Os preceitos acima mencionados decorrem diretamente do princípio implícito da:

- a) supremacia do interesse público.
- b) motivação.
- c) autotutela.
- d) segurança jurídica.
- e) coerência administrativa.

32. Em relação às disposições atinentes à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

I. O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.

II. A supervisão ministerial, modalidade de controle finalístico que ocorre nos termos fixados expressamente em lei, pode ser observada quando se realiza a fixação das despesas de pessoal e de administração da entidade vinculada.

III. A participação de entidade descentralizada em empresa privada depende, em cada caso, de autorização do Poder Legislativo.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

33. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível o controle judicial dos atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo.
- b) a Administração pode invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) a revogação consiste em manifestação de vontade da Administração que resulta no desfazimento de ato anterior, quando há uma confluência de conveniência, oportunidade e ilegalidade do ato.
- d) a finalidade do ato administrativo é atribuída, em cada caso, pela autoridade administrativa que o pratica.
- e) salvo vedação legal, o agente público poderá delegar parte do exercício de sua competência quando for conveniente em razão de circunstâncias de natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, razão pela qual o órgão colegiado pode delegar suas atribuições.

34. Na delegação de um serviço público essencial à iniciativa privada, por meio de contrato administrativo de concessão, caso fique comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) tem o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto, sendo a respectiva indenização calculada no decurso do processo
- c) poderá promover a rescisão da concessão, aguardando-se o trânsito em julgado da decisão judicial que a reconhecer.
- d) tem o dever de sancionar o concessionário, mediante intervenção na concessão.
- e) poderá promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

35. Analise os itens a seguir sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei estadual 12.209/2011) e assinale a alternativa correta.

- a) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- b) A desistência ou renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- c) Encerrada a instrução processual, o agente público responsável remeterá, no prazo de 10 dias, os autos conclusos à autoridade competente para expedir o ato decisório.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- e) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação nula.

36. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, é correto asseverar que:

- a) a ocorrência de culpa exclusiva da vítima atenua a responsabilidade civil do Estado.
- b) a responsabilidade objetiva alcança exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) é adotada no Brasil a teoria do risco administrativo, a qual não admite hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva estatal.
- d) em regra, na teoria da culpa administrativa, na hipótese de a vítima comprovar a ocorrência de falha do serviço e a lesão sofrida, haverá responsabilização estatal.
- e) no caso de omissão específica, em que o Estado descumpra dever específico de agir, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente da comprovação da culpa do agente ou da administração.

37. A respeito do controle judicial da administração pública no âmbito estadual, assinale a alternativa correta:

- a) poderá versar sobre aspectos de legalidade e/ou de mérito.
- b) poderá implicar o desfazimento de atos discricionários.
- c) é cabível sua realização de ofício, como regra geral.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado, sempre que envolver a discussão sobre execução orçamentária.
- e) é realizado primordialmente em caráter prévio.

38. No que se refere ao impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública previsto na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos brasileiros.
- b) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado pelo prazo máximo de 2 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- d) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado no âmbito da Administração Pública do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

39. Quanto ao contrato administrativo verbal, de acordo com a nova lei de licitação e contratos (Lei 14.133/2021) é correto afirmar que:

- a) é admitido em qualquer situação.
- b) somente será admitido para os municípios, nunca para o âmbito estadual.
- c) não é admitido, em qualquer situação, por força do princípio do formalismo contratual.
- d) é admitido enquanto a Lei 8.666/1993 estiver vigente.
- e) será admitido, excepcionalmente, nas pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, limitadas a até R\$ 11.441,66.

40. Assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que viola princípio da Administração Pública:

- a) praticar ato visando fim proibido em lei.
- b) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício indireto de terceiros.
- c) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, não dispondo das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- d) revelar a terceiro, após a respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria.
- e) nomear parente de 4º grau, por afinidade, para o exercício de cargo em comissão na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que:

- a) Sendo a lei omissa, o juiz deverá decidir o caso concreto de acordo com a analogia apenas, caso contrário, resta prejudicada a decisão.
- b) A ignorância a respeito da lei justifica o seu descumprimento.
- c) Ao entrar em vigor, a lei tem efeito imediato, porém, deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- d) A lei nova, quando incompatível com a anterior, perde sua vigência, uma vez que prevalece o princípio da antiguidade das leis.
- e) Em regra, ao ser publicada uma lei, seu período de *vacatio legis* será de 30 dias, contados da data da publicação.

42. Silvio, possui deficiência mental e possui o discernimento reduzido. Paulo está em coma no hospital, sem previsão de melhora. Marcos tem 15 anos. Sobre a capacidade, é correto afirmar que são, respectivamente

- a) Relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz.
- b) Absolutamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.
- c) Relativamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.
- d) Absolutamente capaz, absolutamente incapaz e absolutamente incapaz.
- e) Absolutamente capaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz.

43. Não corre a prescrição:

- a) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- b) contra os absolutamente incapazes;
- c) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;
- d) não estando vencido o prazo;
- e) todas as alternativas estão corretas.

44. Mariano foi condenado a pagar indenização para Joara, no valor de R\$200.000. Contudo, antes da condenação, Mariano faleceu, deixando uma herança de R\$130.000. Com base no caso, assinale a opção correta.

- a) Joara não receberá a indenização, pois ainda não houve condenação e, com a morte de Mariano, a obrigação fica extinta.
- b) Joara receberá apenas metade do valor da herança, visto que a outra metade é destinada aos herdeiros necessários.
- c) Joara receberá a indenização no valor total da herança, podendo cobrar o restante dos herdeiros.
- d) Joara receberá somente o valor até o limite da herança, não podendo cobrar o valor que ultrapasse esse limite, mesmo dos herdeiros de Mariano.
- e) Joara não receberá nenhum valor da herança, mas pode cobrar a indenização dos herdeiros.

45. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

46. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo favorecer o agente será aplicada aos fatos anteriores, pela retroatividade da lei benéfica, desde que não tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado.

II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência, sendo este efeito chamado de ultra-atividade.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

IV – Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves, brasileiras, públicas ou privadas, onde quer que se encontrem.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I e IV
- c) II, III e IV
- d) II e III
- e) III

47. Quando determinado agente dá causa a um resultado naturalístico involuntário, em razão da inobservância de seu dever objetivo de cuidado, sem, contudo, ter previsto tal resultado quando era possível, nas circunstâncias do caso, a referida previsão, é correto afirmar que há conduta penalmente relevante em razão do elemento subjetivo denominado:

- a) culpa inconsciente
- b) culpa consciente
- c) dolo eventual
- d) dolo direto de segundo grau
- e) dolo geral ou por erro sucessivo

48. Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) Ao estabelecer que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, o código penal adotou, como regra, a teoria pluralista.
- b) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os agentes, ainda que sejam elementares do tipo penal.
- c) Na participação de menor importância a pena pode ser diminuída de um terço a dois terços.
- d) Na cooperação dolosamente distinta (ou participação em crime menos grave) o agente que quis participar de crime menos grave responderá por este.
- e) Para que a conduta do partícipe seja punível, é necessário que a conduta principal configure pelo menos um fato típico, ilícito e culpável, ainda que não seja punível o autor da conduta principal.

49. Ryan, estagiário do TJBA, retardou indevidamente a juntada de uma petição em determinado processo cível que tramitava na Vara em que exercia suas atividades, com a finalidade de prejudicar Petrus, seu desafeto, que era a parte autora no referido processo, pessoa diretamente interessada na juntada célere da petição.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Ryan configura:

- a) prevaricação
- b) condescendência criminosa
- c) corrupção passiva privilegiada
- d) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
- e) fato atípico, pois não é considerado funcionário público para fins penais, já que não exerce função pública.

50. Em determinado processo criminal que tramitava perante a 01ª Vara Criminal de Salvador-BA, Josimar, réu pela suposta prática do crime de extorsão, ofereceu a Talita vultosa quantia em dinheiro para que esta, na qualidade de testemunha, prestasse afirmação falsa em juízo. Talita aceitou a oferta e efetivamente fez afirmações falsas em Juízo. O Juiz que presidia a instrução, porém, percebeu a falsidade do depoimento e determinou a extração de cópias ao Ministério Público para apuração do suposto crime praticado por Talita, bem como proferiu sentença em audiência, condenando Josimar pelo crime a ele imputado (extorsão). A defesa de Josimar interpôs recurso de apelação ao TJBA, ainda pendente de julgamento.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Josimar e Talita deverão responder pelo crime de falso testemunho, majorado.
- b) Josimar praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço.
- c) Josimar praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, sem majoração.
- d) Josimar e Talita não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o deslinde da causa.
- e) Caso Talita se retrate e declare a verdade antes do julgamento do acórdão, estará extinta sua punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

51. Sobre as normas processuais civis de estruturação conferida pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Entretanto, há algumas hipóteses em que não se aplica; dentre elas, a de tutela provisória de urgência
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) Não cabe ao Estado promover a solução consensual dos conflitos.
- d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem.
- e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ressalvadas as questões sobre as quais deva decidir de ofício.

52. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei por expressa determinação legal. Dessa forma, os participantes da relação processual devem realizar suas manifestações observando um determinado lapso temporal. Sobre esse tema e com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- a) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos com base na equidade.
- c) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa ou tácita.
- d) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- e) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

53. A respeito das provas nos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo ainda que sob a supervisão do Juiz togado.
- b) A prova oral deverá ser reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- c) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- d) No curso da audiência, não poderá o Juiz realizar inspeção em pessoas ou coisas.
- e) Todas as provas serão produzidas na audiência de conciliação, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

54. Sobre a sistemática recursal do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer apenas quando for parte no processo.
- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- c) O recurso adesivo é insubordinado ao recurso principal.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende necessariamente da aceitação da outra parte.
- e) A decisão pode ser impugnada apenas no todo, sendo vedada a impugnação parcial da decisão.

55. No tocante a Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), assinale a alternativa correta:

- a) É facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- b) Qualquer dos legitimados ativos poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias sobre atos lesivos ao patrimônio público.
- c) Em caso de condenação em pecúnia, o valor da indenização deverá reverter à entidade pública interessada, como forma de reconstituição dos bens lesados.
- d) Compete ao foro de domicílio do legitimado ativo conhecer e processar a ação civil pública que tenha por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- e) Nas ações que envolvam direitos relativos a questões previdenciárias ou ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço deverão ser intimadas para compor a lide as organizações sindicais representativas das categorias envolvidas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

56. Relativamente aos princípios processuais penais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, está expressamente previsto na Constituição Federal, e assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", e esta diretriz se refere ao consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

57. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- b) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- c) a lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) a legislação brasileira segue o princípio da territorialidade absoluta para a aplicação das normas processuais penais.
- e) à lei puramente processual penal aplicam-se os princípios da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica.

58. A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública for condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

59. No que concerne às provas, assinale a assertiva correta:

- a) A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, somente quando direto, podendo supri-lo a confissão do acusado
- c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, sendo ele direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) O exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.
- e) Havendo provas documentais e testemunhais que confirmem a autoria e a materialidade do crime, a realização do exame de corpo de delito é dispensável ainda que possível sua realização, sob pena de nulidade do processo.

60. Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta:

- a) Caberá a decretação da prisão preventiva apenas na fase de investigação policial, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, caberá prisão preventiva independentemente da pena cominada ao delito.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313 do Código de Processo Penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.
- d) o juiz poderá relaxar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada apenas por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal que possuam relação de cautelaridade com o processo penal.

DISCURSIVA

No século XXI, a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental em nossas vidas, transformando a maneira como nos comunicamos e nos relacionamos. A influência da tecnologia na sociabilidade e nas relações interpessoais tem sido amplamente debatida, despertando questionamentos sobre os efeitos dessa transformação em nossa sociedade contemporânea.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA FORMA COMO NOS RELACIONAMOS

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
